

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM-1926/1976: DOCUMENTÁRIO¹

Anayde Corrêa de Carvalho²

Os instrumentos utilizados pela Associação Brasileira de Enfermagem para estabelecer comunicação mais freqüente com seus associados, espalhados de Norte a Sul do país, são ainda muito escassos. São eles, a Revista Brasileira de Enfermagem (RBEEn), seu órgão oficial, e o Boletim Informativo (BI), noticiário mensal.

Neste capítulo serão relatados os fatos que marcaram a vida de uma e de outro, assim como as tentativas feitas pela ABEn para ampliar esse campo de ação com outras publicações. Serão incluídos, também, o concurso "Marina de Andrade Rezende", estabelecido pela direção da revista, e o Fundo de Impressão. Esse, criado pela ABEn com a finalidade de amparar as publicações produzidas pelos enfermeiros ou publicar obras traduzidas, de interesse geral, não conseguiu sobreviver.

REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM

Há quarenta e quatro anos a Associação Brasileira de Enfermagem vem, teimosa e valentemente, mantendo seu órgão oficial de divulgação cultural, a Revista Brasileira de Enfermagem. Sua história é testemunho da perseverança com que suas organizadoras trabalharam para trazê-la, fortalecida, até nossos dias.

A publicação de uma revista depende de muitas e variadas decisões sobre fatores considerados indispensáveis para que ela exista; essas vão desde a escolha da capa até a organização de seu corpo administrativo. Não raras vezes o êxito do empreendimento não depende somente dessas decisões mas de elementos outros que nem sempre podem ser facilmente controlados. Para conhecer a história da Revista Brasileira de Enfermagem será necessário conhecer o modo pelo qual cada um desses fatores se desenvolveu, os problemas surgidos e os meios utilizados para enfrentá-los, assim como as modificações que os caracterizaram em determinada época.

Foram quatro as fases pelas quais passou a revista na trajetória de sua existência, fases essas demarcadas por grandes modificações, introduzidas sempre tendo em vista a maior aceitação e o melhor aproveitamento, pelos associados, do único veículo de cultura de que a Associação dispõe. A primeira fase compreende o período que vai de seu nascimento, em 1932, até 1945, incluindo aquele em que a publicação foi interrompida; a segunda abrange apenas os anos de 1946 e 1947; a terceira inicia-se com as modificações efetuadas em 1948 e vai até 1955; nesse ano Anais de Enfermagem passou a denominar-se Revista Brasileira de Enfermagem; a quarta e última abrange o período de 1955 aos dias atuais. Em cada um desses períodos a Associação defrontou-se com dificuldades que, por vezes, pareciam insolúveis e intransponíveis.

ORIGEM E PRIMEIRAS LUTAS: 1932-1945

À fundação da revista em maio de 1932, com a denominação de Anais de Enfermagem, estão ligados, principalmente, os nomes de Edith de Magalhães Fraenkel, presidente da Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras (ANEDB) e Rachel Haddock Lobo, diretora da Escola Ana Neri, que a fez surgir com seu trabalho e a dirigiu até 1933.

1929 Em julho de 1929, a Associação, representada oficialmente por Edith M. Fraenkel, foi recebida como membro do Conselho Internacional de Enfermeiras (ICN), durante o Primeiro Congresso Quadrienal realizado em Montreal, Canadá. As seguintes enfermeiras brasileiras também assistiram ao congresso: Marina Bandeira de Oliveira, Rachel Haddock Lobo, Célia Peixoto Alves, Iracema Cabral, Maria de Oliveira Regis e Alayde Duffles Teixeira Lott.

Encontrando-se nesse congresso com sua ex-diretora e professora de Ética, S. Lillian Clayton, presidente da Associação Americana de Enfermeiras, Edith M. Fraenkel foi convidada por esta para participar de uma reunião-jantar das redatoras das revistas de Enfermagem dos países membros do Conselho. Não ficou surpreendida quando ouviu de Lillian Clayton o conselho para que a Associação, no Brasil, começasse imediatamente a publicação de uma revista, "nem que fosse, a princípio, de pequeno porte"; acostumara-se a ouvir nas aulas de Ética, que "uma profissão para se desenvolver precisa de uma associação e de uma revista"(1). Essa parecia ser a crença das enfermeiras norte-americanas. Será oportuno lembrar, de passagem que, ao diplomar-se a primeira turma de enfermeiras da Escola Ana Neri, em 1925, sua diretora, Clara Louise Kienninger, aconselhou-as a substituírem o clássico quadro de formatura por uma revista, com maior vantagem, tanto econômica como pessoal, uma vez que cada diplomada poderia conservar a sua, como lembrança. Assim apareceu a revista "Pioneira", em seu primeiro e único número(2).

Ao retornar da reunião, Edith Fraenkel transmitiu a sugestão recebida de Lillian Clayton a Rachel Haddock Lobo, Marina Bandeira de Oliveira e Célia Peixoto Alves, hóspedes do mesmo hotel: o grupo entusiasmou-se e, ali mesmo, começou a estudar as possibilidades da criação de uma revista e lançar as bases do plano que deveria ter prosseguimento quando regressasse ao Brasil. Quando isto se deu(3) a equipe de trabalho foi formada, juntando-se a ela Zaira Cintra Vidal, recém-chegada dos Estados Unidos, onde permanecera de maio de 1927 a março de 1929.

1931 Em julho de 1931, Bertha L. Pullen foi substituída na direção da Escola Ana Neri por Rachel Haddock Lobo, que havia se preparado para o cargo nos Estados Unidos no período de maio de 1927 a dezembro de 1929, e vinha exercendo a vice-diretoria dessa escola desde o seu regresso daquele país. Em setembro daquele ano, 1931, terminou, também, o contrato de Ethel O. Parsons que, depois de dez anos de inteira dedicação ao trabalho, foi substituída no cargo

¹ Texto original integrante da 3ª parte da obra: Realizações socioculturais, capítulo III Publicações, 1976.

² Professora aposentada da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo. Autora do livro.

de superintendente geral do Serviço de Enfermeiras, a qual era subordinada a Escola, pela presidente da Associação, Edith M. Fraenkel.

Dessa maneira, a Escola tornou-se, também, o centro das atividades que tinham por fim a criação da revista. Espírito batalhador, sua diretora lançou-se com firmeza e decisão à tarefa, sem avaliar o volume das dificuldades a enfrentar, mas contando sempre com o incentivo, cooperação e entusiasmo de Edith Fraenkel a quem cabia, em função dos cargos que ocupava, a responsabilidade direta pelas decisões que eram tomadas. Tudo o que havia sido planejado para iniciar a publicação foi conseguido em pouco mais de dois anos, isto é, entre princípios de 1930 e maio de 1932.

Em uma das reuniões informais realizadas pela Associação nesse período, Rachel Haddock Lobo apresentou, para apreciação das associadas, o croqui e as principais características que a revista teria (1). O título seria *Anais de Enfermagem*, e a capa, idealizada e desenhada por um sobrinho seu, estudante da Escola de Belas Artes, teria o simbolismo dos monumentos egípcios como tema; seria de cor verde, tendo, centralizado, o triângulo projetado por Isabel Stewart, enfermeira norte-americana, com o lema, "Ciência, Arte, Ideal" (4). Foi, também, instituída a Comissão do Jornal da ANEDB, presidida por Rachel Haddock Lobo, com os membros: Zulema de Castro Amado, Maria de Castro Pamphiro, Zaira Cintra Vidal, Sílvia Albuquerque Arcoverde de Albuquerque Maranhão, Alayde Cavalcanti, Marina Bandeira de Oliveira, Maria do Carmo Ribeiro, Rosaly Rodrigues Taborda e Célia Peixoto Alves, todas indicadas pela Associação.

1932 O primeiro encontro dessa comissão foi no dia 17 de março de 1932, na Escola de Enfermeiras Ana Neri; nessa data foi feita a distribuição dos cargos pelos seus membros, ficando Rachel Haddock Lobo como redatora-chefe (1932-1933), Célia Peixoto Alves, secretária (1932-1938), Zaira Cintra Vidal, redatora revisora (1932-1933) e Edméa Cabral Velho, tesoureira (1932-1941). Como colaboradoras permanentes aceitaram participar: Rosaly Taborda, para enfermagem científica e prática (1932-1941), Marina Bandeira de Oliveira, parte literária (1932-1936), Edith de Souza, parte de livros (1932-1941), Célia Peixoto Alves, crítica humorística (1932-1937), Zaira Cintra Vidal, página do estudante (1932-1933), e Zulema de Castro Amado, tradutora de notícias estrangeiras (1932). Além dessas, participariam apenas como colaboradoras: Alice Álvares de Araujo, Heloísa Veloso, Iracema dos Guarany's Melo, Juracy Serpa Pyrrho, Magdalena Almeida Kasprzykowski (Werneck), Maria Amélia C. Rosas, Maria de Castro Pamphiro e Sílvia Maranhão, Ficou ainda resolvido que o jornal seria trimestral, custando cada número 3\$000 (três mil réis) e que o primeiro número sairia a 20 de maio desse ano.

Como fora planejado, depois de dois anos de expectativas saiu o primeiro número de *Anais de Enfermagem* na data prevista, isto é, maio de 1932; foi impresso nas oficinas gráficas do *Jornal do Brasil*. No editorial, intitulado *Era Nova*, Rachel H. Lobo traçou as primeiras diretrizes que deveriam nortear as publicações do periódico. "A enfermeira", disse ela, "a verdadeira enfermeira, deve preencher a enfermagem dos três eu do doente - o eu moral, o eu espiritual e o eu físico, objetivação do ideal profissional. Neste complexo de requisitos, que só uma enfermeira instruída e altamente

cultivada pode realizar, está a "ERA NOVA" da enfermagem de que será o arauto esta publicação, a primeira entre nós" (5).

Referindo-se ao acontecimento, disse Edméa Cabral Velho que, "inegavelmente, deve-se a Rachel Haddock Lobo o valor desse trabalho pois a maior sobrecarga caiu sobre seus ombros". Sua inteira dedicação culminou com o oferecimento do papel e pagamento das despesas com a gráfica (1). Essa foi a primeira doação feita à revista.

O papel desempenhado por Edith Fraenkel nesse acontecimento foi de relevância. Ao sair esse primeiro volume as enfermeiras, reunidas, ofertaram-lhe uma estatueta em bronze representando uma coruja, símbolo da sabedoria, pousada sobre um livro também de bronze em um pedestal de mármore; na lombada foram gravadas as palavras 1º VOLUME. Esse documento histórico encontra-se em poder de Amália Corrêa de Carvalho, a quem foi ofertado pela própria Edith Fraenkel, depois de transferir-se de São Paulo para o Rio de Janeiro, em 1956.

Com relação à origem da revista, nada melhor que o testemunho da própria Edith Fraenkel. De carta datada de 20 de fevereiro de 1958, dirigida a Helena de Barros Silveira, secretária da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo e sua amiga pessoal, foi tirado o seguinte trecho: "Aí envio finalmente a estatueta de Florence Nightingale e a coruja (...). A coruja foi-me dada por D. Rachel Haddock Lobo em uma manifestação que me prestaram as enfermeiras, por ocasião da publicação do 1º número dos "Anais de Enfermagem", iniciativa minha (...)"

Marina de Andrade Rezende, editor da Revista Brasileira de Enfermagem de 1957 a 1965, em pesquisa feita em 1962 atendendo solicitação de esclarecimentos sobre a verdadeira origem da revista feita por Amália C. Carvalho, assim concluiu o seu estudo: "Tenho dúvidas de que uma pessoa tenha sido sozinha a fundadora da revista. Com admiração, presto homenagem às que considero fundadoras: a Edith de Magalhães Fraenkel, na época presidente da Associação que teve a revista como seu órgão oficial e que, com a diretoria deve ter tomado a resolução de aceitar para a Associação a primeira atividade de publicação; a Rachel Haddock Lobo, sob cuja responsabilidade, na qualidade de Redatora-chefe, a revista foi efetivamente publicada; a Célia Peixoto Alves, secretária, da fundação até 1938; a Zaira Cintra Vidal, redatora revisora chefe de 1933 a 1938; a Edméa Cabral Velho, tesoureira dos primeiros tempos" (6).

A Comissão do Jornal da Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras realizou outras reuniões nos anos de 1932 a 1935. A 17 de abril de 1933, Rachel Haddock Lobo acertou com os membros presentes que o número seguinte da revista deveria sair, também, a 20 de maio desse ano, mas a doença e seu falecimento, pouco depois, impediram a realização do plano. A 23 de outubro, Zaira Cintra Vidal tomou posse do cargo de redatora-chefe, indicada que havia sido, por unanimidade de votos, em reunião geral anterior da Associação. Nessa data foi fixado o dia 25 de novembro para a saída do segundo número. Já em fevereiro de 1934, o preço de cada exemplar foi aumentado para 10\$000 (dez mil réis) e em julho de 1935, a redatora-chefe informou que a revista, sem o auxílio da Associação, não poderia enfrentar as despesas com gráfica (7).

Administração da Revista

1932-1933 Rachel Haddock Lobo foi a primeira redatora-chefe; permaneceu no cargo até sua morte, em setembro de 1933, quando foi substituída por Zaira Cintra Vidal (1933-1938), que era também vice-presidente da Associação.

1938 Por ocasião das eleições da nova diretoria da Associação, realizada a 3 de novembro de 1938, Zaira Cintra Vidal aproveitou para declarar “não poder e nem desejar continuar à testa do Jornal visto muito se ter preocupado e contrariado”. Por proposta de Edith Fraenkel, Alayde Borges Carneiro foi indicada redatora-chefe. No ano seguinte, a 28 de janeiro de 1939, foram designadas para auxiliar na direção de Anais de Enfermagem, Firmina Sant’Ana, como secretária e Maria Mendes da Rocha, tesoureira. A primeira, que já vinha atuando como segunda redatora-chefe, pediu demissão em fins desse ano. Quando o pedido foi comunicado, a 15 de setembro, a nova redatora-chefe aproveitou, também, para falar sobre a revista; declarou-se desanimada com as dificuldades que vinha encontrando para conseguir material para os números seguintes e com o aumento no preço do papel. Foi nessa reunião que a presidente Hilda A. Krisch sugeriu que fossem impressos “três números em um só exemplar”; pediu, também, às sócias que auxiliassem Alayde Carneiro, que “tanto tem se esforçado para se desobrigar com êxito da árdua tarefa que lhe foi imposta”. Foi lembrado, por Juracy Pyrrho Pacheco da Silva, que seria conveniente conseguir anúncios para auxiliar nas despesas(8).

Houve, também, nesse período (1932-1941), algumas mudanças nos grupos das colaboradoras; Maria Madalena Almeida Kasprzykowski (Werneck) participou, como colaboradora permanente responsável pela página da estudante, de 1934 a 1941; Ermengarda Johansen (de Faria Alvim), como desenhista, de 1934 a 1936; e Celina Flores Pernasetti, como desenhista, de 1937 a 1941. Nesse período, ou seja, de 1937 a 1941, eram colaboradoras permanentes, além das duas acima citadas, apenas Rosaly R. Taborda, com o mesmo encargo, e Edith de Souza, responsável pela seção de bibliografia.

Dentre as simplesmente colaboradoras, Madalena Almeida, Iracema dos Guaranyes Melo, Lídia Gonçalves e Sílvia A. A. Maranhão foram substituídas, em 1934, por Carrie Reno (Teixeira), Adelina Zourob (Fonseca), Maria Adelaide Witte (Fernandes), Maria Oliés e Mafalda Leone. Essa categoria de colaboradoras passou a não constar do expediente da revista a partir de 1937.

De 1941 a 1945, a publicação da revista foi interrompida.

Entre 1940 e 1943, parece ter havido séria crise de interesse pela Associação(9). Quando Zaira Cintra Vidal tomou posse da presidência, a 25 de setembro de 1943, encontrou-a com apenas vinte associadas, de acordo com o relatório que apresentou ao término de seu primeiro mandato, em 1945.

1943 Naquele ano, 1943, houve uma tentativa para fazer a revista renascer. Na reunião de 10 de outubro de 1943, a presidente Zaira Cintra Vidal tratou de vários assuntos, dentre os quais, três relacionavam-se com a revista: 1) o aluguel, pago pelo SESP, de uma sala para a associação e para a revista, durante um ano; 2) a aprovação, pelas associadas, de que fosse lavrado em ata um ato de louvor ao SESP; nessa oportunidade, Safira Gomes Pereira propôs, e foi unanimemente aprovado pela assembléia, que as enfermeiras

norte-americanas, componentes do SESP, fossem consideradas sócias honorárias da ANEDB; 3) o último ponto, o mais importante, dizia respeito ao “reerguimento dos Anais de Enfermagem”. Para que isto se desse, foi nesse mesmo dia eleita nova diretoria, ficando Rosaly Taborda como redatora-chefe, Delizeth de Oliveira Cabral, secretária e Ana Jaguaribe da Silva Nava, tesoureira.

1944 Em 1944, Rosaly Taborda foi dirigida o serviço de Enfermagem da Santa Casa de Santos, Estado de S. Paulo; não foi substituída na redação da revista apesar de ter sido cogitado, por Zaira Cintra Vidal, o nome de Ana Nava para o cargo. Todas essas tentativas não foram suficientes para reerguer a revista.

A 16 de novembro a presidente, Zaira Cintra Vidal, lembrou que a revista estava sem redatora-chefe. E, “considerando as vantagens oferecidas pelas oficinas de S. Paulo quanto a preço, qualidade do papel e duas capas em cores, sugeriu que fosse aclamada redatora-chefe Edith Fraenkel, então naquela Capital, que assim poderia atender aos interesses do periódico. A assinatura custaria vinte e cinco cruzeiros (...). Nessa ocasião, lançou um apelo às enfermeiras para que colaborassem enviando artigos”.

Edições anuais

De 1932 a 1941, a Associação conseguiu manter as publicações de Anais de Enfermagem quase ininterruptamente, embora de maneira muito irregular. A previsão inicial para edição de quatro números anuais não se concretizou; em 1932 foi editado apenas o seu primeiro número; em dezembro de 1933 saiu o número dois; em 1934 foram publicados os números três, quatro e cinco, em abril, julho e outubro, respectivamente; em 1935 apareceram os números seis e sete, de janeiro e maio; o número oito só apareceu em novembro de 1936; nesse ano, a revista passou pela primeira transformação em seu formato e na apresentação da página de rosto; o texto continuou em coluna dupla e o tamanho ficou igual ao que tinha até 1975; em maio, setembro e dezembro de 1937 foram editados os números nove, dez e onze, respectivamente; em 1938, também saíram três números: o doze em março, treze e catorze correspondentes aos meses de junho/setembro, e quinze, de dezembro; o número dezesseis abrangeu os anos de 1939/40 e o número dezessete saiu em abril de 1941; essa foi a última revista desse primeiro período. Foram dezesseis publicações em dezessete números, nos primeiros dez anos de existência, correspondentes aos volumes de I a IX(10).

De novembro de 1938 a setembro de 1941, a Associação esteve sob a presidência de Hilda Anna Krisch; os problemas de manutenção da revista ou jornal, como era, também, chamada, agravaram-se no princípio do seu mandato com o aumento no preço do papel, motivado pela II Grande Guerra (1939-1945).

É de se imaginar o que de obstáculos não deve ter enfrentado o corajoso grupo de enfermeiras que compunha a direção da entidade de classe e da revista, nesse período, face ao desequilíbrio financeiro que as caracterizaram durante todos esses primeiros anos. Além do mais, o excesso de atividades profissionais a que estavam sujeitas as associadas impediam uma dedicação integral aos assuntos da revista. Das onze reuniões programadas pela Comissão do Jornal,

entre 1932 e 1935, três não puderam ser realizadas por falta de "quorum".

Não houve, por parte das suas fundadoras e colaboradoras, a preocupação de relatar, em qualquer das suas primeiras edições, os fatos que precederam e acompanharam sua fundação, as montagens da revista e nem os obstáculos que tinham que enfrentar; queixaram-se, sim, da falta de colaboração em artigos. O número de julho de 1934 fez constar, na seção "Crítica Humorística", entre as "Cousas que incomodam: VI - a falta de artigos para a Revista"; e no de janeiro de 1935, entre "O que não devemos esquecer: 3 - Colaborar com artigos que interessem a profissão".

1933-1934 Uma ou outra notícia, entretanto, foi publicada. As primeiras páginas do número de dezembro de 1933 foram inteiramente dedicadas à memória de sua fundadora e primeira redatora-chefe, que a morte havia levado a 25 de setembro desse ano.

O editorial do número quatro, abril de 1934, trouxe a descrição da capa e uma justificativa da escolha de sua ilustração. Escreveu sua autora, Lycia Ribeiro Lopes, referindo-se à escolha do simbolismo egípcio:

(...) Anais de Enfermagem não poderia fugir à sedução que aquele povo misteriosamente exerce sobre os que cultivam a história da civilização. Eis porque as fundadoras desta interessante revista marcaram a sua capa com os monumentos simbólicos que a distinguem.

Compreendemos perfeitamente toda a imensa beleza que na arte egípcia encontraram as fundadoras e diretoras desta revista, a ponto de tomarem como tema da capa de "Anais de Enfermagem" a linda e impressionante mitologia daquele povo, rica em divindades e pródiga de encantadora filosofia(11).

PERÍODO INTERMEDIÁRIO: 1946-1947

1946 Edith M. Fraenkel, redatora-chefe e presidente da ABEn - Seção de S. Paulo, organizou logo seu campo de trabalho instalando, na Escola de Enfermagem de S. Paulo, da Universidade de São Paulo (EEUSP), da qual era diretora, a redação e a administração de Anais de Enfermagem. Seus primeiros auxiliares foram Marina Bandeira de Oliveira, secretária; Safira Gomes Pereira, tesoureira; e José Maria Machado, editor responsável; este último foi substituído por José Finocchiaro e Enio Barbato nesse mesmo ano. Na presidência da Comissão de Propaganda ficou Glete de Alcântara, a quem deveriam ser endereçados todos os pedidos de assinatura.

O preço inicial desta foi de trinta cruzeiros por ano e cinquenta por dois anos; a impressão passou a ser feita na gráfica da *Revista dos Tribunais*, em São Paulo.

Ao recomeçar a publicação, a redatora definiu seus objetivos quando escreveu: "a enfermagem necessita de um órgão de publicidade não só para divulgação de informações e troca de idéias (...), como para estimular o espírito de pesquisa, no intuito de melhorar as nossas técnicas, através da publicação dos resultados obtidos, dos quais advirão inestimáveis proveitos em prol do bem-estar e da saúde do nosso povo"(12).

No início dessa segunda fase, os volumes XV e XVI,

correspondentes aos anos de 1946 e 1947, ainda saíram com certa irregularidade. Como pode ser verificado pela análise dos exemplares, na seriação dos volumes foram considerados os anos de interrupção, de 1942 a 1945, que corresponderiam aos volumes de XI a XIV. No primeiro ano, 1946, foram publicados quatro exemplares, os de número 18 a 21, todos em capa verde, com o símbolo egípcio simplificado, tendo no centro o mesmo lema, em triângulo; esses números correspondiam aos meses de janeiro/março, abril/junho, julho/setembro e outubro/dezembro. Já em 1947 foram publicados apenas os números 22 e 23, referentes aos quatro primeiros meses do ano.

O aspecto interior da revista era menos compacto que o que tem hoje; a distribuição do assunto era feita em coluna dupla, páginas de 18x24 cm, o que tornava a leitura mais agradável e o volume, de manuseio mais fácil.

Nesse período, a revista, apesar de tiragem irregular, contou com uma quantidade apreciável de anunciantes, comparada com a situação atual; chegou a onze anúncios no primeiro exemplar, intercalados com artigos científicos, notícias e informações, atos legislativos, consultas, fotografias e índice bibliográfico anual. Recebeu auxílio financeiro de várias instituições, principalmente do "Centro Acadêmico XXXI de Outubro" da Escola de Enfermagem da Universidade de S. Paulo. O número 19, de abril/junho de 1946, assinalou a contribuição do Serviço Especial de Saúde Pública (mil cruzeiros), da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas (mil quatrocentos e oitenta e cinco cruzeiros), do Centro Acadêmico "XXXI de Outubro" (mil cruzeiros), da Escola Ana Neri (mil cruzeiros) e da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (novecentos cruzeiros).

A festa de Sto. Antônio (12 de junho), tradicionalmente realizada na Escola da Universidade de S. Paulo pelo corpo docente e corpo discente foi, nesse ano de 1946, em benefício de Anais de Enfermagem que recebeu, do Centro Acadêmico, a valiosa contribuição de mais novecentos e quinze cruzeiros. Rosaly Taborda na reunião mensal da ABED de novembro desse ano, pediu que fosse "lançado em ata um voto de louvor a Glete de Alcântara, pela sua cooperação em Anais de Enfermagem, (...) extensivos às alunas da Escola de S. Paulo, que muito contribuíram para a revista". No ano seguinte foi a redatora-chefe que, ao apresentar relatório, destacou a valiosa colaboração de Glete de Alcântara que consagrava grande parte de seu descanso diário à referida revista. "Se a revista circula", disse Edith Fraenkel, "devemo-la à dedicação de Glete de Alcântara". Outras manifestações semelhantes de reconhecimento foram feitas pela ABED, ressaltando a colaboração que as alunas dessa Escola vinham prestando à redação e à administração de Anais de Enfermagem(8).

1947 Em 1947 houve mudança na designação de alguns dos cargos; Edith Fraenkel tornou-se diretora e Glete de Alcântara, secretária; a tesoureira foi Hermínia Nogueira. Desapareceu a Comissão de Propaganda. Foram indicadas as redadoras responsáveis pela revista nas seções estaduais então existentes: Amazônia, Leontina Gomes; Bahia, Haydée G. Dourado; Minas Gerais, Waleska Paixão; Distrito Federal, Leda Moreira; Rio de Janeiro, Ermengarda de Faria Alvim, mais tarde auxiliada por Hermínia Nogueira; e São Paulo, Ruth Borges Teixeira. Os editores continuaram os mesmos.

O número de janeiro/março de 1947 foi inteiramente dedicado ao I Congresso Nacional de Enfermagem, realizado nesse último mês. Iniciava-se, assim, uma tradição só quebrada em 1968, quando os trabalhos dos congressos passaram a ser publicados em mais de um número.

Outras iniciativas dessa fase tiveram continuidade: a publicação de atos legislativos, do quadro da organização da ABEn e, de uma certa maneira, o sistema de paginação. Este foi individualizado, por número de revista e não por volume, nos anos de 1948/49 e 1970/71. Nos demais períodos seguiu o sistema por volume anual. A publicação de atos legislativos pertinentes foi sempre considerada de interesse. No VII Congresso Nacional de Enfermagem, em 1954, a Assembléia Geral deliberou que a revista deveria publicar o noticiário da Comissão de Legislação, a partir do primeiro número de 1955.

Por outro lado, houve uma certa inconstância na escolha do local para a publicação do Expediente; ora aparecia na primeira, ora na última contra-capas; firmou-se na primeira, de 1948 a 1952. A partir de 1953, começou a aparecer sempre na página de rosto. A publicação do índice bibliográfico anual foi interrompida de 1950 a 1959; voltou a ser publicado de 1960 a 1968, e tornou a desaparecer em 1969,.

Essas informações, plenas de detalhes, mostram que a mudança em curto prazo do corpo administrativo da revista, principalmente do editor, é responsável por tantas alterações em sua organização, nem sempre inteiramente justificáveis.

PROGRESSOS E VICISSITUDES: 1948-1954

1948 Sem haver descontinuidade administrativa, mas tendo como fundamento a experiência adquirida nesses primeiros anos de trabalho publicitário e a vontade de acertar, fazendo o melhor, a redação da revista modificou-a por completo em 1948, quando começa a terceira fase de sua história. Foi iniciada nova seriação com o volume 1, considerando-se, esse ano como o primeiro da série.

“As alterações sofridas”, disse Glete de Alcântara, “não se verificaram somente na redução do formato para tornar menos dispendioso seu custo. Procurou-se, de um lado, elevar o nível do conteúdo da publicação, pela seleção mais rigorosa dos trabalhos, e de outro, estimular a produção de literatura profissional pelas próprias enfermeiras. Como órgão de classe, Anais de Enfermagem precisa refletir o desenvolvimento profissional através de maior contribuição das próprias enfermeiras. Os números publicados nos primeiros tempos, após a mudança ocorrida, não revelaram as alterações profundas que se desejava imprimir”(13).

Enquanto trimestral, a publicação permaneceu constante e regular (quatro revistas por ano) no período de 1948 a 1960. De 1961 a 1963 passou a bimestral, com o auxílio recebido da Fundação Rockefeller; cessado esse auxílio, continuou bimestral, porém, foi necessária a fusão de dois, três e até de quatro números em uma só publicação. A princípio, os quatro números anuais correspondiam aos meses de janeiro, abril, julho e outubro. Essa divisão passou,

em 1953, a corresponder aos meses de março, junho, setembro e dezembro; mudou em 1961, para fevereiro, abril, junho, agosto, outubro e dezembro. A distribuição em seis exemplares foi conservada até 1974, porém, com as mais variadas combinações de número e de referências mensais, essas últimas, principalmente, a partir de 1970. Em 1974, a diretoria aprovou sugestão da coordenadora da revista, Celina de Arruda Camargo, para voltar à numeração antiga, de um a quatro, considerando que, realmente, são apenas quatro os números publicados anualmente.

Quanto ao aspecto interno, passou a ser impressa em coluna única, com quadros e tabelas em pequeno número, uma ou outra ilustração científica ou quadro fotográfico; tamanho, 15x22,5 cms.

O aspecto externo foi uma constante até 1954: capa incolor, conservando o mesmo símbolo egípcio simplificado dos dois anos anteriores - 1946 e 1947 - porém, centralizado.

1954 No congresso realizado em S. Paulo em 1954 houve grandes modificações. A Assembléia Geral, realizada a 21 de agosto, aprovou emenda apresentada pela presidente da Comissão de Estatuto, Maria Dolores Lins (de Andrade), por sugestão da diretoria, referente à mudança do nome da associação e da revista que passaram a denominar-se Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) e Revista Brasileira de Enfermagem (RBEEn), com nova apresentação, a partir de 1955.

Na reunião da diretoria de 9 de outubro de 1954, Haydée Guanais Dourado, redatora-chefe, comunicou que, de acordo com a Lei de Imprensa, seriam necessários dois jornalistas para que a revista conseguisse personalidade jurídica e direito de importar papel de linha d'água. Nesse mesmo dia ficou decidido que o jornalista Magno Guanais Dourado ficaria responsável pelo seu registro, com a nova denominação. Seu nome foi posteriormente substituído pelo de Maria Geralda Franco, quando esta se diplomou em jornalismo.

Administração da Revista

A administração de Anais de Enfermagem gozou, nesse período, de alguma estabilidade quanto à direção; esta, contudo, não contou com um grupo constante de colaboradoras. O trabalho, que não era pouco, exigia e ainda exige a ocupação das horas que deveriam ser reservadas ao descanso das enfermeiras.

1948 Edith Fraenkel foi denominada diretora até 1948, e redatora-chefe desta data a 1951. Pela reforma do estatuto, aprovada pela Assembléia Geral realizada em 1948, foi criada a Comissão de Redação, em caráter permanente, que tinha como finalidade “manter em dia as publicações de Anais de Enfermagem, conseguir assinantes, obter anúncios e fazer a divulgação da revista”. Na reforma processada em 1950, foi retirada a expressão *em dia*, pois, segundo Irmã Matilde Nina, o relatório deficitário apresentado pela Comissão de Redação suscitava a pergunta: “como poderá a Comissão de Redação responsabilizar-se pela publicação em dia da revista se não houver dinheiro suficiente?”(8).

1949 Em reunião do Conselho Deliberativo da Associação, a 3 de dezembro de 1949, Glete de Alcântara foi indicada presidente dessa comissão, passando Edith Fraenkel à denominação antiga, de redatora-chefe. Em fevereiro de 1951 Edith Fraenkel pediu demissão do cargo em caráter

irrevogável, sendo substituída por Maria Rosa Sousa Pinheiro. A Comissão de Redação desapareceu em princípios de 1953.

Glete de Alcântara passou a constar da contra-capa das revistas como diretora responsável, de janeiro de 1951 a fins de 1954. Segundo seu próprio relato, porém, de agosto de 1950 a novembro de 1951, por motivo de viagem de estudos ao exterior, afastou-se “do cargo de secretária”, que reassumiu após seu regresso. Ao ser eleita presidente da Associação em julho de 1952, tornou-se, automaticamente, a diretora responsável pela revista, “embora as atividades relativas à sua publicação tivessem passado para as mãos capazes de Maria Rosa S. Pinheiro” (13).

Como redatora-chefe, Maria Rosa S. Pinheiro trabalhou para a revista de fevereiro de 1952 a fins de 1954; de agosto deste ano a julho de 1958, como presidente da ABEn, tornou-se a diretora responsável.

Anais de Enfermagem de junho de 1952 publicou, também, os nomes de um grupo de redadoras, além das componentes da Comissão de Redação. Foram elas: Cecília M. D Sanioto (substituída no mês seguinte por Ana Nava), Haydée G. Dourado, Maria Rosa S. Pinheiro e Waleska Paixão, esta última iniciando, também, no mês seguinte. Esse grupo desapareceu em princípios de 1953.

1953 Em 1953 a administração da revista compunha-se de diretor responsável, a presidente da ABED, Glete de Alcântara; diretor secretário, Maria Rosa S. Pinheiro; redator-chefe, Haydée G. Dourado; e diretor de publicidade, Clélea de Pontes. O gerente apareceu mais tarde. Essa foi também a diretoria em 1954.

Em julho de 1953, Haydée G. Dourado fez uma sugestão à diretoria que somente alguns anos depois se concretizou; foi a seguinte: “que a atual Comissão de Redação de Anais de Enfermagem tenha, por sua presidente, assento na Diretoria da ABED até que a revista adquira personalidade jurídica e seja estabelecida sua relação com a ABED”.

Colaboração científica

1949 Em 1949 foi constituído um novo grupo de redadoras das seções estaduais; foram acrescentadas representantes das novas seções e substituídas algumas das antigas. Nessa ocasião, novembro de 1949, ficou estabelecido, também, que as colaborações em artigos deveriam ser encaminhadas à secretária pelas respectivas representantes, que compunham a Comissão de Redação, criada em 1948.

Várias outras substituições foram feitas nessa comissão, como pode ser verificado pelo exame da contracapa das revistas do período em que ela existiu, ou seja, de 1942 a 1953. Parece que essa comissão não deu os resultados esperados; os apelos para maior contribuição por parte das enfermeiras, recomeçados em março de 1946, continuaram em 1947 e nos anos subseqüentes. Em reunião da Associação em 1945, a presidente, Zaira Cintra Vidal (1943-1947), foi informada por Haydée G. Dourado que Edith Fraenkel havia providenciado material para a publicação do primeiro número da nova fase “cuja contribuição de artigos por parte de associadas foi muito pequena”.

1950 Em 1950, Glete de Alcântara solicitou maior colaboração das seções, alegando que a revista não saía regularmente por falta de artigos para publicação; informou, também, que os números um e dois desse ano haviam saído com a colaboração quase exclusiva da Seção de S. Paulo e

salientou as vantagens auferidas por quem escreve um artigo, ou seja, “título e desenvolvimento pessoal (...)”.

Esse assunto foi longamente debatido na Assembléa Geral do IV Congresso, 1950, quando Maria Rosa S. Pinheiro apresentou o relatório da Comissão de Redação, na ausência de Glete de Alcântara. Elisa Bandeira propôs que cada seção estadual se responsabilizasse pela publicação de um número da revista e sugeriu que os artigos deviam ser censurados nas seções, “impedindo a devolução dos mesmos pela censura de Anais de Enfermagem, em São Paulo”. Assim, as colaboradoras menos experientes não perderiam o estímulo para escrever. Para Irmã Matilde Nina, a Comissão de Redação deveria organizar um cadastro “das enfermeiras capazes de colaborar na revista”; deveria também agir de tal maneira, que as enfermeiras que desejassem colaborar não perdessem o estímulo. Na opinião de Ella Hasenjaeger, seria interessante que pessoas “especializadas fossem destacadas para opinar sobre os diversos artigos”.

Essas discussões, que mostram a preocupação das enfermeiras pela elevação do nível das publicações, resultaram na aprovação, pela assembléa geral, das recomendações da Comissão de Redação, para que fossem formadas comissões de redação em cada seção ou distrito da ABED, com a finalidade de conseguir assinantes, anunciantes, colaboração em artigos e notícias para Anais de Enfermagem. Suas presidentes, indicadas pelas presidentes das seções ou distritos, passariam a compor a Comissão de Redação da ABED, e agiriam como o elo de ligação entre as duas comissões. Notícias de fatos de interesse para a profissão, e os artigos a serem publicados deveriam ser encaminhados por essas presidentes(14).

1951 Os resultados dessa decisão parecem ter sido positivos. No relatório apresentado no ano seguinte, 1951, Maria Rosa S. Pinheiro, já como presidente da Comissão de Redação acumulando com o cargo de redatora-chefe, agradeceu “aos membros das Comissões de Redação das Seções e a todas as enfermeiras que angariaram assinaturas, anúncios e escreveram artigos para publicação”. Quanto a esses, escreveu a presidente, “continuamos com as mesmas dificuldades de colaboração apontadas nos anos anteriores mas também neste ponto estamos otimistas. Notamos um grande movimento em favor da elevação do padrão de cultura de nossas enfermeiras: não são poucas as que cursam no momento escolas superiores a fim de ampliar o seu cabedal de conhecimentos. Esta melhoria do padrão de cultura dá uma segurança que facilita a produção de literatura profissional”(15).

Esse otimismo, porém, durou apenas dois anos. O relatório de 1953 salientou as dificuldades em conseguir matéria para publicação o “que justificava o atraso na saída dos números”(8).

REFLEXOS DO DESENVOLVIMENTO DA ÉPOCA: 1955-1975

1955 As razões da reforma procedida em 1954 - mudança do nome e do símbolo - foram explicadas no relatório das atividades da ABEn correspondente ao ano de 1954/1955, apresentado pela presidente. Referindo-se à revista, disse Maria Rosa S. Pinheiro (1954-1958): “A Revista Brasileira de

Enfermagem prossegue sua trajetória acidentada. Só é publicada por que a ABEn a tem sustentado. Apresenta-se este ano com vestimenta nova, num esforço por se tornar mais atraente para sobreviver. O círculo vicioso em que vive ainda não se rompeu; as enfermeiras por ela não se interessam devido ao seu atraso e este atraso é causado pelo desinteresse que se traduz em falta de colaborações e falta de dinheiro. Está, agora, em mãos de gente moça, menos envolvida nos problemas da Associação; fazemos um apelo para que lhe deis o vosso apoio, renovando as vossas assinaturas”.

A vestimenta nova a que se referiu foi a completa modificação de sua capa. De acordo com Haydée G. Dourado, “a capa da Revista foi mudada em atenção à sugestão neste sentido apresentada pelo Professor da cadeira de Periódicos, do Curso de Jornalismo da Faculdade Nacional de Filosofia, respondendo à consulta técnica que lhe foi formulada pela Diretoria da Revista”(16). A capa, criação do grande decorador e desenhista Santa Rosa, passou a variar de cor conforme o número da publicação; os símbolos egípcios foram abandonados e em seu lugar surgiu a figura estilizada da *dama da lâmpada*, encimada pelo título da revista, em letras minúsculas, em itálico.

O editorial da revista, dedicado à comemoração do seu 30º aniversário em 1962, assim descreveu as mudanças processadas: “A apresentação gráfica atual é a de uma revista pobre. Sem ilustrações visto como o clichê encarece a publicação - a leitura não é amena. O papel é de custo médio. É evidente que dentro das atuais condições, a Revista tem dificuldade em manter-se financeiramente. Deverá sair, com mais esforço, desta fase inicial de trabalho voluntário. Nenhuma revista boa é feita sem que possa fazer face à manutenção de seus serviços. Eis o desafio diante dos que compreendem o seu papel na enfermagem”.

Referindo-se ao símbolo, perguntou a mesma editoralista: “Teria o artista evocado Santa Catarina de Siena ou Florence Nightingale? Para nós resume ambas; tem o condão de suscitar imagens que vão às raízes, à essência da enfermagem que desejamos realizar”.

Apenas os números um e três de 1960 saíram com capa diferente, com o escudo da ABEn como símbolo. Esses números foram impressos pelas Universidades da Bahia e de Minas Gerais, respectivamente, como homenagem à ABEn, em comemoração ao ano Florence Nightingale.

O aspecto interno não sofreu modificações até 1975; os números correspondentes ao X volume, 1958, contém maior número de fotografias e ilustrações científicas que os demais.

Vinte anos depois dessas alterações, a revista procura modernizar-se. O primeiro número de 1975 apresentou-se modificado no tamanho, aspecto interno e página de rosto: fugiu aos modelos anteriores, adotando a medida de 21 x 17,5 cm. Quanto ao aspecto interno foi adotada a coluna dupla das duas primeiras fases, e acrescentada a indicação bibliográfica completa de cada um dos artigos.

A impressão voltou a ser feita no Rio de Janeiro a partir do terceiro número de 1952, a princípio na Oficina Gráfica da Universidade do Brasil. Em uma das reuniões do Conselho Deliberativo, realizada em outubro de 1956, a Seção de S. Paulo propôs a transferência da redação novamente

para S. Paulo; os protestos de Maria Geralda Franco, gerente da revista e 1ª tesoureira da ABEn, e de Doralice Regina Ayres, 1º secretária, determinaram a retirada da proposta.

Administração da Revista

Em 1955, foram dadas novas denominações para os cargos da diretoria da RBEEn ou seja: responsável, a presidente da ABEn, Maria Rosa S. Pinheiro (1954-1958); diretor redator-chefe, Haydée G. Dourado (1953 até o presente); gerente, Maria Geralda Franco (1955-1962); e editor, Altair Alves Arduino. Sob a presidência de Clarice Della Torre Ferrarini (1962-1964), o cargo da presidente da ABEn voltou a ser de diretor responsável; essas denominações são ainda mantidas.

Em setembro de 1957, Marina de Andrade Rezende passou a editor, cargo que ocupou até sua morte, em 20 de janeiro de 1965; de 1958 a 1962 foi, também, diretor responsável. De 1965 a 1975, essa atividade foi desenvolvida por: Anayde Corrêa de Carvalho (1965 a 1968); Maria Rosa S. Pinheiro (1968-1970); Vilma de Carvalho (1970-1972); Celina de Arruda Camargo (1972 até o término de seu mandato, em 1976). Essas três últimas acumularam o cargo de coordenadoras da Comissão da Revista Brasileira de Enfermagem com o de editor.

As presidentes da ABEn Waleska Paixão (1950-1952), Clarice Della Torre Ferrarini (1962-1964), Circe de Mello Ribeiro (1964-1968), Amália Corrêa de Carvalho (1968-1972) e Glete de Alcântara (1972-1974) ocuparam o cargo de diretor responsável durante os respectivos mandatos. Com o falecimento da presidente Glete de Alcântara, a 3 de novembro de 1974, a 1ª vice-presidente, Maria da Graça Simões Corte Imperial tornou-se o diretor responsável.

A gerência da revista foi exercida por Maria Geralda Franco até 1963, Altair Alves Arduino (1963), Ilnete Ayres (1964-1966), Irmã Maria Tereza Notarnicola (de 1966 até a presente data).

Colaboração científica

O atual valor científico-literário das publicações é, tanto o reflexo do desenvolvimento da Enfermagem nesses anos de progresso em todos os ramos do conhecimento, quanto das reformas institucionais que se processaram com o desenvolvimento do país, como um todo.

Em seus dez primeiros anos de vida, a colaboração em artigos para publicação foi quase totalmente fruto dos trabalhos redigidos pelas diplomadas e docentes da Escola Ana Neri, única escola, então existente, de currículo considerado superior. Nos anos de 1946 a meados de 1952, distinguiu-se a Escola de S. Paulo, da USP, pela colaboração de suas docentes e diplomadas. Nos primeiros anos que se seguiram a 1953, a contribuição maior ficou com as Seções do Distrito Federal, de S. Paulo e da Bahia, passando em seguida a ser dada, também, pelos outros estados, em proporções variáveis.

Com a fixação definitiva do ensino de Enfermagem no nível superior, com a criação de cátedras nas escolas e, hoje, com a carreira universitária obrigatória a quem se dedica ao ensino superior, o nível e o número de publicações elevou-se sensível e promissoramente. Essa melhora foi, porém, gradativa.

1955 Em outubro de 1955, a diretoria da ABEn tomou

conhecimento de que Waleska Paixão havia se queixado da qualidade dos artigos publicados na RBEN e havia proposto que a Escola Ana Neri ficasse com a responsabilidade da revisão do material, antes da publicação. No mês seguinte, Maria Geralda Franco, gerente, propôs que fossem criados dois núcleos para revisão dos artigos, um no Distrito Federal e outro em S. Paulo, para evitar que esta “demorasse mais de dois meses atrasando a saída da Revista”.

O relatório da presidente de 1955/56 citou a falta de material para publicação como uma das causas da irregularidade na sua remessa, ao lado “do atraso da gráfica, escassez de pessoal de escritório e deficiência no correio”, fatores causais “da anemia crônica de recursos” de que vinha sofrendo a revista. Essa irregularidade era a responsável pelo cancelamento de assinaturas, diminuindo, assim, sua maior fonte de renda. “Não cabe apenas à Diretoria da ABEN encontrar os meios para resolver essa penosa situação, é problema vosso também. Em todos os Congressos são feitos apelos em nome da Revista; há um movimento momentâneo de boa vontade, formam-se comissões para angariar assinaturas e anúncios, mas o entusiasmo logo esvai-se e nem aparecem os anúncios e nem aumenta o número de assinaturas (...). Sabiam que este número (de assinantes) é menor hoje do que cinco anos atrás?”, perguntou Maria Rosa S. Pinheiro.

Em novembro de 1955, Marina de Andrade Rezende sugeriu a criação de uma seção de perguntas e respostas, aumento do noticiário e a introdução da página do estudante; essas inovações teriam por fim tornar mais interessante o conteúdo da revista.

1959 O apelo aos enfermeiros para que colaborassem, enviando artigos para publicação, parece ter-se tornado desnecessário de 1960 em diante. A Assembléia Geral realizada a 21 de julho de 1959 lembrou ainda a responsabilidade das seções e distritos na ajuda aos “programas de aumento do número de assinaturas, de obtenção de trabalhos para publicação e de remessa de notícias”. Disse, nessa ocasião, a presidente Marina de Andrade Rezende (1958-1962): “É bem verdade que começam a aparecer outras colaboradoras, mas seria necessário que não nos fosse subtraído o concurso das colaboradoras dos primeiros tempos”.

Com essa última queixa, as presidentes não mais encareceram a necessidade de artigos; o editor da revista começou a ter em mãos quantidade suficiente de material para publicação. Seu maior problema continua sendo a revisão dos artigos antes de serem publicados, e das provas, depois da primeira impressão.

FINANÇAS

Primeira fase: 1932-1945

As dificuldades financeiras foram uma constante desde a fundação da revista, em 1932. Já em abril de 1933, Célia Peixoto Alves havia sugerido que a Associação incorporasse o periódico.

1939 É de se supor que os problemas discutidos nas reuniões mensais da ANEDB em 1939 fossem os mesmos, desde o seu aparecimento, ou seja, sua precária situação financeira e a falta de artigos para publicação. Das sete reuniões da Associação realizadas em 1939 - seis mensais

e uma da diretoria - três trataram de assuntos relacionados com a revista. Em uma dessas foi discutida a “independência dos Anais de Enfermagem”. Foi decidido “que se fizesse um empréstimo à revista, sem prazo determinado, de quatro contos de réis (4:000\$000) a fim de dar saída aos quatro números de 1938 e ao primeiro de 1939”.

Empréstimos e doações

A decisão sobre o empréstimo confirma a idéia inicial de uma publicação economicamente independente; essa meta, porém, nunca foi alcançada. O seu custo foi sempre maior do que seria a quantia a arrecadar de suas assinaturas e de outras fontes.

Em abril de 1939 a redatora-chefe, Alayde Borges Cameiro, agradeceu o empréstimo que lhe foi concedido para impressão e manutenção, naquele ano, e prometeu pagar a dívida em “ocasião oportuna”. Encareceu, junto às colegas, a necessidade de maior cooperação tanto para conseguir artigos como para aumentar o número de assinantes.

Outros pedidos semelhantes, de auxílio financeiro e de colaboração, foram feitos nas reuniões mensais que se seguiram (8). A fim de colaborar mais estreitamente, Laís Netto dos Reys, diretora da Escola de Enfermeiras Ana Neri (1938-1950), concedeu à Associação “duas excelentes salas no edifício da Residência da Escola, para instalação das sedes da Associação e do Jornal”.

1943 Em dezembro de 1943 foi convocada reunião extraordinária para tratar de proposta apresentada por Laís Netto dos Reys. Esta e as demais diretoras de escolas de Enfermagem ofereceram auxílio financeiro a Anais de Enfermagem para que a Associação desistisse do oferecimento do SESP - representado nessa reunião pela senhora Rodman - de pagamento do aluguel da sede. A pedido da vice-presidente em exercício, Mirabel Smith Ferreira Jorge, Rosaly Taborda fez um relato da situação da revista e dos problemas a resolver, dentre os quais, o do seu registro. Posta em votação, a proposta de Laís Netto dos Reys foi rejeitada; as enfermeiras presentes apoiaram integralmente o auxílio do SESP, não dispensando, também, o das diretoras das escolas.

1945 Em setembro de 1945, a revista recebeu auxílio mais positivo, porém, ainda insuficiente. Na reunião realizada nesse mês ficou resolvido que todas as escolas de Enfermagem deveriam contribuir. A Escola de S. Paulo havia enviado setecentos cruzeiros, “Miss” Rice Heig(17) mandou cem cruzeiros e cento e vinte e cinco foram recebidos de assinaturas das enfermeiras de S. Paulo. Esperava-se a contribuição das outras escolas. Enquanto isso, a revista tinha em caixa mil e quinhentos cruzeiros e a edição estava custando, em São Paulo, dois mil cruzeiros(8).

Segunda fase: 1946-1947

Os obstáculos ao crescimento mais acelerado da revista não foram superados nas fases seguintes de sua existência. Formou-se um círculo vicioso, em que a pobreza de publicações certamente influenciou no custo e tiragem, na obtenção de anúncios e de assinantes em número suficiente para evitar os constantes apelos de ajuda financeira, e no adiamento das suas possibilidades de independência econômica e jurídica.

Quanto aos assinantes, sendo a revista o órgão

oficial da associação de classe e, até então, o único meio de comunicação entre as associadas, era natural esperar que, pelo menos, o número dessas correspondesse ao de assinantes. Mas Glete de Alcântara queria mais, em 1946 e 1947; queria, não somente que todas as enfermeiras se fizessem assinantes de Anais de Enfermagem, como, também, que se interessassem em conseguir maior número de assinaturas, “uma vez que o dinheiro existente em caixa não cobre as despesas para as edições de 1948”.

Terceira fase: 1948-1954

Assinantes - Em 1949, quando presidente da ABEn - Seção São Paulo, Glete de Alcântara informou à assembléia geral que, das quatrocentas e quarenta e oito assinaturas de Anais de Enfermagem em todo o Brasil, no ano de 1948, cento e noventa e sete haviam sido feitas em São Paulo, representando, portanto, este Estado, quarenta e três por cento do total.

1950-1951 O apelo para conseguir maior número de assinaturas foi uma constante nesse período, repetindo-se cada vez que era apresentado relatório administrativo, com uma única exceção, no ano de 1950/51. Nesse ano, Maria Rosa S. Pinheiro informou que tinha o prazer de destacar o grande aumento no número de assinantes, principalmente o verificado no Distrito Federal. O total de 385, em 31 de outubro de 1950, havia subido para 637, na mesma data do ano seguinte, distribuídos entre o Rio Grande do Sul e o Território do Amapá; esse número havia ultrapassado a meta, fixada em 600 assinantes. O resultado permitiu estabelecer, como meta a atingir em 1952, o ambicioso número de 1.000 assinaturas.

Com essas barreiras a vencer, a manutenção de Anais de Enfermagem era o constante cuidado do seu corpo administrativo e da diretoria da ABED.

A redatora da revista, porém, procurou ânimo nas lutas vencidas no passado. Disse ela, no relatório de 1951:

“Como todas as enfermeiras sabem, a nossa revista tem passado por muitas vicissitudes, desde o seu nascimento.

Se hoje, com o número de enfermeiras diplomadas que temos, Anais de Enfermagem luta com grandes dificuldades para sobreviver, imaginamos o esforço heróico que devem ter feito as enfermeiras pioneiras para manterem uma publicação profissional”.

Como um oásis no deserto das dificuldades que estavam sendo enfrentadas, esse relatório otimista como sua própria autora o definiu, continha um plano para publicação, em futuro não muito remoto, de seis números em vez de quatro, pois em sua opinião “três meses é um intervalo demasiado longo sobretudo para publicação de notícias de interesse para os nossos assinantes”. Acreditava que, com mais um impulso e algum esforço dos enfermeiros brasileiros, Anais de Enfermagem haveria de se tomar “uma revista prestigiada e economicamente independente”.

1952 Porém, na reunião do Conselho Deliberativo realizada a 20 de julho de 1952, a presidente, Waleska Paixão (1950-1952), referiu-se ao “fato espantoso de não terem sido renovadas, esse ano, mais de trezentas assinaturas de Anais de Enfermagem”. As dificuldades na remessa dos volumes aos assinantes foi apontada novamente

como um sério problema a resolver.

Anúncios - Quanto aos anúncios - melhor fonte de renda de uma revista profissional - embora ardentemente desejados, deveriam sofrer uma censura prévia antes de serem publicados. A assembléia geral realizada em 1950 aprovou proposta recomendando que cada seção designasse um grupo de trabalho “para obter anúncios para Anais de Enfermagem e que no Rio e em S. Paulo funcionassem as comissões também como censoras dos anúncios”... Ao que parece, a comissão que funcionou em S. Paulo, em 1951, trabalhou de modo satisfatório, pois, as revistas desse ano apresentaram grande número de anúncios, inclusive um indicador profissional desse Estado.

Em 1952, a redatora chefe queixou-se de que os anúncios não haviam aumentado na proporção esperada e sugeriu a criação de subcomissões da Comissão de Redação, encarregadas especificamente de consegui-los. Embora criadas, os resultados não foram positivos; apenas no número correspondente ao mês de setembro de 1953 apareceram dois anúncios, de uma página inteira cada um.

1954 Durante o VII Congresso, 1954, a presidente Glete de Alcântara (1952-1954) fez um dramático apelo às congressistas para que não deixassem “Anais de Enfermagem desaparecer”. Nesse ano, Maria Rosa S. Pinheiro foi enérgica em seu relatório. Escreveu:

“(…) As dificuldades têm sido as mesmas dos anos anteriores: falta de colaboração, falta de anúncios (tiragem de apenas mil e duzentos números), aumento do custo da revista que sofre o reflexo da alta do preço do papel e de mão-de-obra, decréscimo no número de assinantes (...)”. Disse ainda: “desde a sua reorganização em 1948 até esta data, Anais de Enfermagem tem sido publicado, regularmente quatro vezes por ano; durante estes seis anos e meio nunca faltou. Contudo, agora, à vista dos cofres vazios, vemo-nos na contingência de declarar: ou as enfermeiras do Brasil reconhecem o papel que representa no desenvolvimeto da própria profissão o órgão oficial da associação de classe e lhe dão o apoio que precisa para sobreviver, ou então na impossibilidade de fazer frente às despesas e de saldar nossos compromissos, seremos obrigadas a interromper a sua publicação. Esta Assembléia deverá decidir sobre o destino de Anais de Enfermagem.

Baseadas pois na verificação da situação atual viemos propor as seguintes recomendações: 1) a formação de duas comissões especiais que trabalhem intensamente durante esta semana de Congresso, uma para angariar assinaturas, outra para obter anúncios; 2) aumento do preço da revista, a partir de 1955, para oitenta cruzeiros por um ano e cento e cinquenta cruzeiros por dois anos.

Atendendo à primeira recomendação, apresentaram-se como voluntárias Wanda Miranda, Alaíde Leme e Cecília Calazans, para conseguir assinantes; Maria Edna Salatino, Madre Marie Domineuc e Beatriz Guedes Galvão, para conseguir anúncios,

Preço da assinatura - No que se refere ao preço da assinatura, estipulado em trinta cruzeiros anuais e cinquenta por dois anos em 1946, subiu para cinquenta e noventa, respectivamente, em 1948.

Em 1950, Haydée G. Dourado sugeriu que a anuidade da ABED fosse elevada para duzentos cruzeiros, “tendo

assim, cada sócia, direito a revista”, Essa medida só foi adotada bem mais tarde, em 1962.

O aumento verificado no número de assinantes em 1952 não foi suficiente para equilibrar o orçamento, pois o preço de custo da impressão de cada número havia subido em proporção superior ao pago pelo assinante, excluídas as despesas de expedição, correspondência e números reservados para intercâmbio. A proposta para aumentar para sessenta, e cento e dez cruzeiros, respectivamente, foi aceita e esses preços vigoraram até 1954. Nesse ano subiu para oitenta e cento e cinquenta cruzeiros, respectivamente, por decisão da Assembléia Geral do VII Congresso, levando em consideração “o papel que representa no desenvolvimento da profissão o órgão oficial da associação de classe e dada a impossibilidade deste fazer face às despesas de publicação”. As constantes necessidades de aumento corriam quase que exclusivamente por conta do alto preço do papel, da impressão e da expedição.

Doações - Anais de Enfermagem sobrevivia, em parte, graças às doações recebidas.

Com relação às contribuições, em 1950 Edith Fraenkel sugeriu que fosse solicitada contribuição financeira das seções e divisões, como havia sido feito em anos anteriores. A idéia foi aprovada em assembléia geral, com a ressalva, “a menos que aumente o número de assinantes e de anunciantes”. De qualquer maneira, foi recomendado que “cada Seção contribuisse com a importância de mil cruzeiros para Anais de Enfermagem”. O grau de receptividade que essas solicitações alcançaram nesses anos, de 1948 a 1954, esteve, naturalmente, na dependência das próprias condições econômicas das seções então existentes, algumas das quais, recém-criadas. Houve contribuições valiosas das Seções de S. Paulo, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais e Pará; da própria ABED; das enfermeiras Waleska Paixão e Zaira Cintra Vidal; das Divisões de Educação e Saúde Pública; do Centro Acadêmico “XXXI de Outubro” da Escola de Enfermagem de São Paulo - USP; da União de Religiosas Enfermeiras do Brasil (UREB) e da própria Escola de Enfermagem de S. Paulo, transformada em sede administrativa da revista até 1952, arcando, portanto, sua secretaria, com todo o peso do trabalho. As duas maiores doações, considerando o período a partir de 1946, foram do Centro Acadêmico “XXXI de Outubro” e da UREB, com quantias equivalentes, seguidos da Seção da Bahia.

As expectativas de progresso que as mudanças aprovadas na reunião de 9 de outubro de 1954 poderiam significar diminuíram com a informação prestada pela diretora secretária, nessa mesma reunião. “A Redação da Revista”, informou Maria Rosa S. Pinheiro, “dispunha de vinte e um mil e quinhentos e oitenta cruzeiros em caixa, até 30 de agosto; em setembro foi gasto em papel, para o terceiro número, quinze mil e duzentos cruzeiros, tendo restado em conta bancária, seis mil cruzeiros para o quarto número”.

Por proposta de Haydée Guanais Dourado, a Associação devia cobrir a diferença; a história começava a se repetir no início da quarta etapa de sua existência.

Quarta fase: 1955-1975

Os problemas custo, necessidade de ajuda financeira e empréstimo estavam longe de serem

solucionados.

Contribuição e empréstimo - Em 1956, Waleska Paixão conseguiu um abatimento de 40% da Gráfica da Universidade do Brasil para a impressão da revista.

1955 Os empréstimos para a revista começaram em 1955, com a quantia de trinta mil cruzeiros, para serem pagos parceladamente, sem juros, graças ao qual puderam sair os primeiros números de 1956; em 1960 foram mais cinquenta e cinco mil cruzeiros; nesse ano, 1960, a presidente Marina de Andrade Rezende havia lembrado que existia “há muito, um desejo de, conservando a Revista como órgão de imprensa da ABEn, transformá-la em Sociedade Anônima de Subscrições por cotas”; Maria Geralda Franco havia apresentado um plano nesse sentido, que demandava ainda um estudo acurado por pessoas entendidas no assunto.

Em 1962, a Assembléia Geral de 21 de julho recomendou que “as Seções devam incluir, obrigatoriamente, o preço da assinatura na anuidade de cada sócia”.

1963 Em 1963, a ABEn decidiu pagar, em forma de doação, um empréstimo de aproximadamente cento e cinquenta e quatro mil cruzeiros, feito pela revista. Diante da dificuldade econômica pela qual passava, a diretoria resolveu que devia ser procurada uma gráfica que se responsabilizasse pela publicação, continuando a ABEn com o encargo de revisão dos artigos. Essa modalidade foi tentada em S. Paulo, na presidência de Circe de Mello Ribeiro, mas sem resultados. Na mesma época, Marina A. Rezende informou à diretoria que os anúncios estavam barateando o custo da revista e que esperava cobrir o deficit em breve; apresentou, também, plano para aumentar a cota das sucursais criadas nas seções para dois mil e oitocentos exemplares, elevando a trezentos os volumes destinados a vendas avulsas e a quinze, os destinados ao intercâmbio com revistas estrangeiras. Para diminuir o deficit, sugeriu: 1) publicar os números em dia; 2) aumentar o número de assinantes; 3) intensificar campanha de venda de números antigos; 4) obter mais anúncios; 5) obter transporte através da Força Aérea Brasileira; e 6) oferecer uma página aos auxiliares de enfermagem.

1964 No ano seguinte, 1964, a decisão tomada previa a redução da tiragem para três mil exemplares e a fusão de dois números, “uma ou outra vez”, continuando a revista com a distribuição ideal, mas não real, de seis números anuais.

Em outubro de 1965, depois de algumas ponderações, resolveu a diretoria que a revista deveria deixar de constituir órgão financeira e estruturalmente independente, uma vez que, na realidade, era a ABEn que providenciava verba para seu custeio; dessa data em diante o seu orçamento passou a integrar o orçamento da ABEn.

Os números dedicados ao documentário dos Congressos, geralmente financiados integral ou parcialmente pelas seções que os organizam e hospedam, ou por sua intervenção, foram-no pelas Seções do Rio Grande do Sul (1955), Bahia (1960, 1º Seminário Didático sobre Integração dos Aspectos Sociais e de Saúde nos Currículos das Escolas de Enfermagem), Universidade de Minas Gerais (1960), Escola Ana Neri (1961, II Congresso Latino-Americano de Enfermagem - CICIAMS), Johnson e Johnson do Brasil S. A. (1964, primeiro número), Universidade da Bahia (1964), Ministério da Saúde e Johnson e Johnson do Brasil S. A.

(1965) e Serviço Nacional de Tuberculose (1970). O número do Congresso de 1972 foi editado pela Imprensa Oficial de Minas Gerais, mas às expensas da Associação.

Todas essas proezas para conseguir equilibrar as finanças da RBEEn não impediram que fosse enviada uma contribuição de dez dólares, por solicitação da revista "Nursing Mirror" a todas as revistas de Enfermagem das associações filiadas ao Conselho Internacional de Enfermeiras, a fim de que fosse oferecido à presidente desse órgão um colar comemorativo da coroação da Rainha Elizabeth II. Esta foi a cota que sua situação financeira permitiu oferecer.

O financiamento da Comissão de Seguimento do Levantamento pela Fundação Rockefeller, solicitado em 1960 e iniciado em princípios de 1961, incluía uma ajuda financeira para melhorar a RBEEn. O plano enviado nesta época àquela Fundação incluiu: 1) o contrato de um gerente em tempo parcial e de uma secretária em tempo integral; 2) aumento de anúncios; 3) aumento da circulação e da lista de assinantes; 4) divulgação da revista; 5) edição, a princípio a cada dois meses, e depois, mensalmente; 6) remessa por via aérea sem despesa adicional das seções; 7) mecanização da distribuição da revista; e, 8) depois de levá-la ao conhecimento do público por meio de uma boa administração, convertê-la em uma agência independente, por participação, da qual a ABEEn ficaria com mais de 50% das cotas.

Essa ajuda foi da ordem de um terço da quantia total concedida à Comissão de Seguimento, ou seja, três mil dólares para o período de um ano, a terminar em março de 1962. Referindo-se ao fato no relatório das atividades da ABEEn no período de 1960/61, a presidente Marina de Andrade Rezende disse: "A Fundação Rockefeller mais uma vez veio de encontro às necessidades da Associação abrindo projeto de ajuda financeira à Revista que pôde passar por uma série de alterações administrativas para permitir sua tiragem bimestral, nos meses de fevereiro, abril, junho, agosto, outubro e dezembro. A ABEEn se propôs a fazer sua expedição pelos meios mais rápidos, ainda que muito mais dispendiosos; pretende assim habituar o assinante a ter a Revista em mãos mais freqüente e atualizadamente, criando a necessidade de não se poder passar sem ela. Alcançada essa etapa, prevê-se o aumento do número de assinantes o que virá facilitar a campanha de anúncios para cobrir o deficit orçamentário". Nessas alterações administrativas deveria ser calculada a continuidade do pagamento do pessoal que seria contratado depois da vigência do projeto.

Nesse período, 1961/62, tornaram-se evidentes as vantagens de um orçamento equilibrado. "A RBEEn foi mantida em dia e a expedição feita rapidamente. O número de sucursais aumentou de sete para doze (...) e o número de assinantes de 1085 para 1963, (...). Cumpre agora iniciar uma grande campanha para obtenção de anúncios (...) que deve abranger indústrias relacionadas com material e equipamento hospitalar, material de construção e outras (...)” disse a presidente, em seu relatório.

Chegado ao fim o projeto de ajuda, Clarice Ferrarini enviou, em princípios de 1963, novo pedido à mesma Fundação, incluído também no projeto para a Comissão de Seguimento, com o mesmo fim. De acordo com informações enviadas por Honorina dos Santos, 2ª vice-presidente "o orçamento previsto para 1962 havia sido ultrapassado em

novembro daquele ano cabendo à ABEEn cobrir as despesas de compra de papel, impressão e distribuição da edição correspondente ao mês de dezembro". Informava ainda que as despesas previstas eram reais e apresentavam o mínimo exigido para manter a revista. Os recursos seriam obtidos por subscrições, anúncios, doações e venda de números antigos. Explicava que a doação permitiria assegurar a regularidade e a presteza na impressão e remessa da revista, o que permitiria assegurar também o número de assinantes e de anunciantes necessários.

Apesar de todos esses entendimentos e explicações, somente em 1964 a Fundação Rockefeller informou que, pelas normas vigentes da organização, não seria possível novo projeto de ajuda.

O fato não impediu, porém, que a tiragem fosse aumentada de duas mil e quinhentas para três mil cópias em 1963, mas o ano de fatura havia passado. "A Revista continua com deficiência de verba, o que tem criado muitas dificuldades, das quais a principal foi o atraso da publicação", queixou-se a presidente Clarice Ferrarini, no ano da celebração do 30º aniversário, maio de 1962. Esse problema agravou-se de maneira considerável nos anos seguintes.

Circe de Mello Ribeiro (1964-1968) disse, em 1966, que a revista estava atravessando "talvez uma das suas maiores crises". Com o afastamento da gerente Inete Ayres, suas tarefas passaram a ser executadas pela 2ª tesoureira, Ir. Maria Teresa Notarnicola, nesse ano a título de colaboração, mas no ano seguinte já como ocupante do cargo. O controle financeiro ficou sob a responsabilidade da Comissão Especial de Finanças da qual era, também, coordenadora.

A crise foi tão séria que, por deliberação da assembléia geral realizada em 1966, atendendo sugestão de Delzuite S. Cordeiro, foi indicada comissão especial constituída de delegadas de cada região do país, sob a presidência de Clélia Pinto, para estudar o assunto *Revista*. Não foi encontrado relatório do estudo realizado nessa época.

Nos anos de 1967 e 1969 foram também aprovadas pela diretoria medidas de contenção de despesas, propostas pela gerente, que incluíram: a diminuição do número de páginas de cada edição, a diminuição da tiragem para 2.500 exemplares e a não publicação de tabelas, que encarecia ao dobro o preço da página. O custo da revista nesse período era de sete cruzeiros por unidade.

A Assembléia de Delegadas de 1968 decidiu que deveriam ser publicados apenas dois números por ano em 1969 e 1970; o primeiro, correspondente aos números 1, 2 e 3, com assuntos gerais, e o segundo, correspondente aos números 4, 5 e 6, dedicado aos trabalhos do congresso e publicação dos relatórios.

Com o término da construção da sede em Brasília, a situação financeira da ABEEn começou a equilibrar-se e, conseqüentemente, a da revista também; mas os atrasos só puderam ser solucionados a partir de 1970, quando a coordenadora da Comissão de Finanças, em seu relatório, pôde exclaimar: "Graças a Deus conseguimos colocar nossa Revista em dia!".

SUCURSAIS

1958 Para facilitar a remessa e distribuição, despertar o interesse das seções estaduais e garantir as assinaturas foi

estabelecido, em 1958, o sistema de sucursais da RBEEn; por esse sistema, as seções passaram a ser as responsáveis pela distribuição, nos estados.

A primeira sucursal foi organizada em princípios de 1958, em S. Paulo, cuja Seção responsabilizou-se por duzentos números de cada edição, obtendo da direção da revista um desconto de vinte por cento sobre o total do pagamento. A presidente da ABEn, Maria Rosa S. Pinheiro, em reunião da diretoria realizada em maio, sugeriu que as seções onde houvesse maior número de assinantes também se interessassem pela organização de outras sucursais, o que se deu logo em seguida nas Seções da Bahia e do Rio Grande do Sul. O resultado parece ter sido satisfatório: facilitou o controle de renovação de assinaturas, de mudanças de endereços e diminuiu o problema de extravio. Como conseqüência, a Assembléia Geral de julho de 1959 fez recomendação para que as seções que ainda não tinham sucursais procurassem criá-las e as que já haviam organizado, que se encarregassem de não menos de cem exemplares.

1959 Dessa data em diante houve progresso nesse sentido; em 1959 foram criadas as de Minas Gerais e de Sergipe (extinta em fins de 1960) e em 1960 apareceram mais as da Guanabara e de Goiás. No ano seguinte, 1961, o número de sucursais subiu a doze e em 1962 a treze, responsáveis pela distribuição de 2118 exemplares. Somado a esse número a venda avulsa de 229 revistas e nove para o exterior, deu um total 2356 revistas distribuídas. O número de sucursais aumentou para vinte em 1966, responsáveis por 3050 exemplares. A tiragem, porém, diminuiu nos anos seguintes; em 1970 foi de apenas 2.600 exemplares.

REGISTRO

1934 Em 11 de abril de 1934, Anais de Enfermagem, ano primeiro, número um, de maio de mil e novecentos e trinta e dois, foi registrada por solicitação de "sua proprietária a Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras" talão n. 4, pág. 33 - Biblioteca Nacional, Direitos Autorais - a fls. 231 e 231 verso do livro n. quatro, sob o n. 5.514, como seu Órgão Oficial.

1940 Seis anos mais tarde, 1940, na vigência do *Estado Novo*, Edméa Cabral Velho lembrou que "uma comissão deveria ir ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) a fim de conseguir o registro dos "Anais de Enfermagem como revista ou jornal", para que pudessem ser publicados anúncios.

A 25 de setembro de 1940, recebeu a diretora de Anais de Enfermagem, Alayde Borges Carneiro, o seguinte ofício, n. DI-2.341, do Diretor da Divisão de Imprensa: "Comunico-vos que a Divisão de Imprensa do DIP tendo em apreço a recomendação do Conselho Nacional de Imprensa e usando de suas atribuições legais, resolveu negar registro a esse órgão de publicidade, como revista, concedendo-o, entretanto, sob a classificação de boletim.

Assim, não podeis fazer a exploração comercial de anúncios ou publicidade remunerada".

1950 Em março de 1950, Edith M. Fraenkel, presidente da ABED, e Gleite de Alcântara, diretora responsável de Anais de Enfermagem, fizeram nova solicitação. Nesse mesmo mês e ano "foi registrada no Cartório do 1º Ofício de Registro

de Títulos e Documentos, sob o número de ordem 980, do Livro B, n. 2, de Registro de Oficinas Impressoras, Jornais e Outros Periódicos a publicação denominada "Anais de Enfermagem", revista trimestral, com sede à avenida Ademar de Barros, 240, nesta Capital (S. Paulo), de propriedade da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas, com sede na Capital Federal...". Assim, o problema do registro de Anais de Enfermagem como revista, iniciado em 1940, foi solucionado dez anos depois, e Gleite de Alcântara pôde comunicar às associadas que havia conseguido registrar Anais de Enfermagem como revista o que significava "direito de publicidade e direito de usar a carimbo *Porte Pago*".

Em 1955, foi necessário novo pedido de registro em obediência à Lei de Imprensa n. 2083, de 12 de novembro de 1953, uma vez que o seu título havia mudado para *Revista Brasileira de Enfermagem*. Esse novo registro deveria ser feito na Divisão de Marcas do Departamento Nacional de Propriedade Industrial, cujo Código estabelecia, em um dos seus artigos, que quando houvesse qualquer modificação "nos elementos característicos da marca, nome comercial, (...) insígnia ou expressão ou sinal de propaganda" deveria ser pleiteado novo registro; determinava, ainda, a validade de dez anos para o registro da marca, prorrogáveis "indefinidamente por períodos idênticos e sucessivos".

A presidente Maria Rosa S. Pinheiro informou, no relatório referente ao período de agosto de 1955 a outubro de 1956: "não nos foi possível, até esta data, completar o registro da Revista, o que nos permitiria importar papel para sua impressão". Maria Geralda Franco, gerente, comunicou à diretoria, em novembro desse ano, que "a Revista Brasileira de Enfermagem já é registrada em dois órgãos do Ministério do Trabalho".

As informações sobre o registro da marca são imprecisas e, por vezes, contraditórias. Em artigo publicado no número dois da revista de junho de 1955, a página 151, e não contestado pela direção, Rosina Anchieta disse que o registro havia sido renovado entre 1954 e 1955, em virtude de ter mudado o nome, e que o fato facultava a importação de papel.

Dois anos mais tarde, janeiro de 1958, a diretoria foi informada de que "estava tudo pronto para registrar a Revista como jornal; em maio, que "a Revista já está devidamente registrada na Alfândega, já tendo sido adquirido, ao câmbio oficial, cinco mil quilos de papel linha d'água de segunda e sem imposto sobre a importação"; a 15 desse mesmo mês, ainda por Maria Geralda Franco, a diretoria foi informada "sobre a necessidade de sua presidente fazer pessoalmente, no Ministério do Trabalho, o registro da Revista Brasileira de Enfermagem"; e em junho "que a RBEEn não pode ser registrada como órgão da ABEn. Só poderá ser registrada como Fundação Independente". Dai a apresentação de um plano para sua transformação em Sociedade Anônima, em julho de 1960.

Marina de Andrade Rezende, na edição de abril de 1963, informou, à página 86:

"Ao tratar de conseguir papel para impressão do número de dezembro de 1962, soube que na Alfândega a Revista tem o Registro n. 375.

A 4 de fevereiro de 1963, com um formulário da Seção de Comunicações do Departamento Nacional de

Propriedade Industrial, Termo n. 378.740, de 19 de maio de 1958, até então arquivado na ABEn, retirei no Ministério da Indústria e Comércio o Certificado de Registro de Marca n. 273.047, cujo pagamento de taxa havia sido efetuado a 26 de junho de 1962".

Tudo faz crer que o registro já havia sido feito anteriormente, pois o mesmo Código de Propriedade Industrial estabelecia multa para o caso de prorrogação requerida após "a vigência do último semestre do decênio de proteção legal". Segundo Haydée G. Dourado, "antes de 1955 foi feito o registro segundo a Lei de Imprensa e durante a presidência de Maria Rosa s. Pinheiro, o registro da Marca, ou de Propriedade Industrial".

SEDE DA REVISTA

A Revista Brasileira de Enfermagem teve um escritório próprio somente a partir de 1955, quando foi fixada na sala 1304, antiga sede da ABEn no Rio de Janeiro, à Avenida Franklin Roosevelt n. 39. Até essa data, sempre na dependência das sedes provisórias da ABEn, a redação da revista havia passado pela Escola Ana Neri, desde sua fundação até 1946; dessa data a julho de 1952, na Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo. De 1952 a setembro de 1954, voltando para o Rio de Janeiro, partilhou com a ABEn uma sala à Avenida Rio Branco n. 251, no 13º andar, e de 1954 a março de 1955, nesse mesmo endereço mas no 14º andar, onde se localizavam os escritórios do SESP.

A REVISTA E O ESTATUTO

A inclusão da RBEEn no estatuto da Associação ilustra as várias etapas de seu desenvolvimento estrutural.

Apareceu pela primeira vez nas reformas efetuadas em 1948, quando foi criada a Comissão de Redação, com a finalidade de publicar os *Anais de Enfermagem*; constou do artigo 49 que dizia: "A revista *Anais de Enfermagem* é órgão oficial da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas".

Dois anos antes, 1946, quando foi criado o Conselho Deliberativo, deste passou a fazer parte a redatora dos *Anais da Enfermagem*, até 1955. As alterações efetuadas no estatuto em julho de 1955 incluíram a revista como o quinto órgão da ABEn, depois da Assembléia Geral, Conselho Deliberativo, Diretoria e Conselho Fiscal e eliminaram a Comissão de Redação.

Esse estatuto foi alterado em outubro de 1957, quando a revista passou a constituir um capítulo à parte, formado de um artigo e um parágrafo. Com a extinção do Conselho Deliberativo passou a figurar como o quarto órgão da ABEn.

Dessa data a outubro de 1965, sua posição não sofreu alterações. O regimento da ABEn, impresso em 1964, dedicou integralmente o capítulo V à constituição da Revista, competência da sua Diretoria e atribuições de seus membros. A diretoria, subordinada à diretoria da ABEn, de mandato de quatro anos, compõe-se de diretor responsável - a presidente da ABEn - diretor redator chefe, editor e gerente.

A partir desse ano deixou de constituir um capítulo do estatuto, voltando à condição de comissão permanente da ABEn; sua coordenadora é membro da diretoria, posição

reclamada por Haydée G. Dourado em 1953.

CONCURSO "MARINA ANDRADE REZENDE"

1963 Quando editor da Revista Brasileira de Enfermagem, Marina de Andrade Rezende idealizou o denominado "Concurso Semana da Enfermagem", que tinha por finalidade incentivar a contribuição anual dos estudantes do curso de graduação e, ao mesmo tempo, aproximá-los do órgão oficial de comunicação da ABEn. Esse concurso, que seria realizado durante a Semana da Enfermagem, passou a ser mais uma das atividades da RBEEn. Os prêmios seriam entregues durante os congressos anuais.

Marina de Andrade Rezende iniciou o novo programa enviando circulares às diretoras de todas as escolas de Enfermagem e presidentes de Centro e Diretórios Acadêmicos, propondo um tema de importância para a profissão que deveria ser desenvolvido pelos estudantes.

Para o primeiro concurso, a presidente Clarice Ferrarini entrou em entendimentos com a Johnson e Johnson a fim de conseguir o prêmio para o melhor trabalho apresentado. Uma vez aberto, contou com doze trabalhos, recebidos de oito escolas, que foram avaliados pela Comissão Julgadora durante as comemorações da Semana da Enfermagem de 1963. O prêmio coube a Lídia Delgado, estudante da Escola de Enfermagem da Universidade do Maranhão, na época denominada Escola "São Francisco de Assis", e foi entregue por ocasião do XV Congresso, realizado em Fortaleza, CE.

O concurso foi repetido, anualmente, até 1969. Foi interrompido em 1970, voltou em 1971, e deixou novamente de ser aberto em 1972.

Em 1966, foi decidido pela diretoria que o prêmio passaria a denominar-se "Prêmio Marina de Andrade Rezende". Essa decisão foi homologada pela assembléia geral em julho de 1970.

1964 Foram os seguintes os prêmios e respectivos patrocinadores: em 1964, o primeiro prêmio coube, também, à estudante da 2ª série da Escola "São Francisco de Assis", da Universidade do Maranhão. Nesse ano foram distribuídos três prêmios, ofertados pelas Seções de Minas Gerais, S. Paulo e Guanabara.

1965 Em 1965, o financiamento foi conseguido por doações de enfermeiras da OPAS/OMS e do governador do Estado de Minas Gerais. O primeiro recebeu o nome do doador, "Prêmio Governador Magalhães Pinto" e coube a uma estudante da 2ª série da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto; o segundo e o terceiro foram denominados prêmio "Marina de Andrade Rezende".

1966 O concurso em 1966 foi possível graças à Marjorie Spaulding, enfermeira norte-americana que, querendo "fazer alguma coisa em memória de Marina", doou cinquenta dólares ao "Fundo Marina de Andrade Rezende". Parte dessa soma foi empregada na distribuição dos prêmios; o primeiro coube à um grupo de estudantes da 3ª série da Escola Wenceslau Brás, Itajubá, MG.

1967-1968 Nos anos de 1967 e 1968 conseguiram, também, o primeiro lugar estudantes dessa mesma escola; em 1967 foi patrocinado pelo laboratório "The Sidney Ross C° - Departamento Winthrop".

Em 1969 coube à aluna da Faculdade de

Enfermagem e Obstetrícia Madre Ana Moeller e o último em 1971, a uma estudante da Escola de Ribeirão Preto, pela segunda vez.

FUNDO DE IMPRESSÃO

1961 A 23 de outubro de 1961, a diretoria deliberou que deveria ser providenciada a tradução do livreto *Princípios Básicos sobre cuidados de enfermagem*, de Virginia Henderson, publicação do Conselho Internacional de Enfermeiras, dando assim início a mais uma atividade de publicação da ABEn, a terceira.

Para que tal atividade fosse possível, dada a situação de seus recursos financeiros, decidiu, também, instituir o "Fundo de Impressão" (FI), que deveria ser iniciado com a doação feita por Maria Rosa S. Pinheiro de seis lotes de terreno localizados no Parque Jardim Teresópolis, município de Betim, em Minas Gerais. A comunicação da doação havia sido feita nessa reunião. O produto da venda desse imóvel deveria ser aplicado em outras publicações, que não fossem a *Revista Brasileira de Enfermagem* e o *Boletim Informativo*, de acordo com sugestão da presidente.

Por motivos vários, dentre os quais a desapropriação do terreno para passagem da Rodovia Fernão Dias, a transação não pôde ser feita, na ocasião. Houve então outra decisão da diretoria, que foi a de utilizar, para aquele fim, parte do saldo do II Congresso Latino-Americano de Enfermagem, CICIAMS, 1961. Com a quantia de quatrocentos mil cruzeiros antigos teve início o "Fundo de Impressão" da ABEn, cuja primeira publicação foi a tradução autorizada daquele livreto, feita em 1962 por Anyta Alvarenga, e orçada em duzentos e dez mil cruzeiros antigos. "Com pouco e, pouco a pouco, a ABEn põe à disposição das enfermeiras duas novas possibilidades: a de obter livros sobre enfermagem, em português e a de publicar livros que venham a escrever", disse Marina de Andrade Rezende na apresentação do folheto.

Em julho desse ano, Marina A. Rezende, editor da RBEn e responsável pelo BI, foi também indicada para presidir comissão especial para elaborar anteprojeto do regimento e a comissão que se encarregaria da administração do Fundo, cargos que ocupou até sua morte em 1965.

1963 No ano seguinte, 1963, o controle do "Fundo de Impressão" passou a ser feito pela diretoria da ABEn, "até que a RBEn consiga se autonomizar".

1965 Em 1965 foi impresso o livro "Equipe de Enfermagem - organização e funcionamento" de Eleanor C. Lambertsem, traduzido por Clarice Ferrarini e Hortência Aguiar. A diretoria decidiu que toda renda proveniente da venda de livros fosse destinada a publicações, agora sob o rótulo "Fundo de Impressão Marina de Andrade Rezende". Com a movimentação dessa verba esperava, também, contar com mais uma fonte de recursos para levantar as finanças da ABEn. No mesmo ano, a presidente Circe de Mello Ribeiro conseguiu que as autoras do "Manual do Auxiliar de Enfermagem", docentes da Escola de Enfermagem da Universidade de S. Paulo, concordassem em que o mesmo fosse publicado pela Associação. O contrato foi firmado em 1966; as autoras continuavam gozando dos direitos autorais, com 10% da venda do total de exemplares, ao preço de cinco mil cruzeiros antigos por unidade.

As impressões desse Manual foram renovadas em anos posteriores encontrando-se, atualmente, em sua quinta edição.

1966 Em 1966 foi encerrada a conta bancária especial do Fundo de Impressão cuja importância foi depositada na conta geral da ABEn, passando o Fundo para responsabilidade da Comissão Especial de Finanças, sob a presidência de Irmã Maria Tereza Notarnicola, 2ª tesoureira da ABEn.

Foram ainda editados pela ABEn: "A Enfermagem Moderna como categoria profissional: obstáculos a sua expansão na sociedade brasileira", de Glete de Alcântara; "I Seminário Regional de ensino Médio de Enfermagem, 1966"; "Princípios de Física e Química aplicados à Enfermagem", de Leda Ulson Matos, em 1970; esta publicação foi possível graças a doação feita por Maria Rosa S. Pinheiro.

Antes desses havia sido editada, também, a tradução do livro de Esther Lucille Brown, "Enfermagem para o Futuro", feita por Maria Rosa S. Pinheiro, Glete de Alcântara e Maria de Lourdes Verderese.

Ella Hasenjaeger, ao apresentar relatório à Assembléia Geral do III Congresso Nacional de Enfermagem, 1949, como secretária executiva da ABED, fez dois agradecimentos; o primeiro à Tenente Amélia Lyszyk, pelo esforço que fez ao tentar traduzi-lo; e o segundo às tradutoras.

Dentre as publicações do SESP, em colaboração com a ABEn, destacam-se os chamados livros de leis, editados por aquele Serviço; o primeiro, sob a responsabilidade de Marina de Andrade Rezende com o título "Enfermagem: leis e decretos"; e o segundo, com o título "Legislação e assuntos correlatos", sob a responsabilidade de Anyta Alvarenga, editado em 1974.

NOTAS

1. Informações prestadas por Edméa Cabral Velho, transmitidas por Edith M. Fraenkel.
2. Informações de Izaura Barbosa Lima e Heloísa Maria Carvalho Veloso, prestadas em entrevista gravada a 13 de junho de 1972.
3. Rachel Haddock Lobo permaneceu nos Estados Unidos, com bolsa de estudo, de maio de 1927 a dezembro de 1929, e Célia Peixoto Alves, de junho de 1928 a fevereiro de 1930. Marina Bandeira de Oliveira não tinha compromisso com datas uma vez que havia viajado às próprias expensas.
4. Anais de Enfermagem, abr. 1934, pp. 11-12.
5. Anais de Enfermagem, maio de 1932, p. 1.
6. Rev. Bras. de Enf. dez. 1962, pp. 496-515.
7. Livro de "Atas das reuniões dos membros que constituíram a Comissão do Jomal da Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras, denominado "Anais de Enfermagem". Arquivos da ABEn.
8. Livro de Atas n. 2.
9. O Livro de Atas n. 2 assinala a realização de apenas oito reuniões da Associação nos anos de 1940 e 1942: uma em 1940, quatro em 1941 e três em 1942.
10. O volume II, que deveria incluir apenas os números de 1933, foi repetido nas publicações de 1934; por esse motivo, em 1941, saiu o volume IX e não o X como deveria.
11. Anais de Enfermagem abr. 1934, p. 3.
12. Editorial de Anais de Enfermagem, jan./mar., 1946.

13. Rev. Bras. de Enf., dez. 1962, p. 516.
14. Anais de Enfermagem jan. 1951, p. 33.
15. Anais de Enfermagem, jan. 1952, pp. 135-138.
16. Rev. Bras. de Enf., mar. 1955, p. 3.
17. Informou Marina de Andrade Rezende, em artigo publicado na RBEn de dezembro de 1962, que provavelmente trata-se de Ella Hasenjaeger, uma vez que nessa época não havia no SESP enfermeira norte-americana com esse nome. Há, porém, dois fatos que devem ser historiados: 1) Bertie Meekins Rice fez parte do grupo da Missão Rockefeller

enviada ao Brasil, e aqui esteve de 27 de abril de 1922 a agosto de 1927; 2) na reunião da Comissão do Jornal da ANEDB, realizada a 17 de abril de 1933, quando eram discutidos os trabalhos que deveriam ser publicados na edição seguinte da revista, ficou combinado que Marina Bandeira de Oliveira escreveria um artigo "sobre Miss Rice e Maria Eugenia Celso". Dado o longo intervalo de tempo decorrido - 1933-1945 - parece mais provável ter sido a doação feita mesmo por Ella Hasenjaeger.

18. Livro de Atas das reuniões da Diretoria, n. 3.